

VI LEGISLATURA

4. A SESSÃO LEGISLATIVA (1994-1995)

# REUNIÃO PLENÁRIA DE 26 DE MAIO DE 1995

Presidente: Ex.mo Sr. Fernando José Russo Roque Correia Afonso

Secretários: Ex.mos Srs. João Domingos Fernandes de Abreu Salgado

José de Almeida Cesário José Ernesto Figueira dos Reis

## SUMÁRIO

O Sr Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 30 minutos Procedeu-se ao debate da proposta de resolução nº \$1.VI - Aprova, para ratificação, o Tratado de Amizade e Cooperação entre a República Portuguesa e a Federação da Rússia. Intervenam, a diverto título, além do Sr Secretário de Estado da Cooperação (Briosa e Gala), os Srs Deputados Carlos Luís (PS) - que também fez a síntese do relatóno da Comissão de Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação, sobre a proposta de resolução - Miguel Urbano Rodrigues (PCP), António Mana Pereira (PSD) e Narana Coissord (CDS-PP)

Os projectos de resolução nº 153/VI - Apreciação parlamentar du participação de Portugal no processo de construção da União Europeia durante o áno de 1994 (Comissão de Assuntos Europeus) e 154/VI - Apreciação da actividade parlamentar na XII Conferência de Comissões de Assuntos Europeus (COSAC) (Comissão de Assuntos Europeus) foram debatidos, tendo produado intervenções, a diverso título, os Srs. Deputados Braga de Macedo (PSD), Rui Cap (PSD), Joel Hasse Ferreira (PS), Luís Sá (PCP), Narana Coissoró (CDS-PP) e Isubel Castro (Os Verdes)

O Sr Presidente encerrou a sessão eram 12 horas

O Sr. Presidente (Correia Afonso): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 30 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

#### Partido Social-Democrata (PSD):

Adão José Fonseca Silva.

Adriano da Silva Pinto.

Alberto Cerqueira de Oliveira.

Alberto Monteiro de Araújo.

Anabela Honório Matias.

António Augusto Fidalgo.

António da Silva Bacelar.

António de Carvalho Martins.

António Esteves Morgado.

António Germano Fernandes de Sá e Abreu.

António Joaquim Bastos Marques Mendes.

António Joaquim Correia Vairinhos.

António José Barradas Leitão.

António Manuel Fernandes Alves.

António Maria Pereira.

António Moreira Barbosa de Melo.

Aristides Alves do Nascimento Teixeira.

Armando de Carvalho Guerreiro da Cunha.

Belarmino Henriques Correia.

Carlos Alberto Lopes Pereira.

Carlos de Almeida Figueiredo.

Carlos Filipe Pereira de Oliveira.

Carlos Lélis da Câmara Goncalves.

Carlos Manuel de Oliveira da Silva.

Carlos Manuel Duarte de Oliveira.

Carlos Manuel Marta Gonçalves.

Eduardo Alfredo de Carvalho Pereira da Silva.

Ema Maria Pereira Leite Lóia Paulista.

Fernando Carlos Branco Marques de Andrade.

Fernando dos Reis Condesso.

Fernando José Antunes Gomes Pereira.

Fernando José Russo Roque Correia Afonso.

Fernando Santos Pereira.

Filipe Manuel da Silva Abreu.

Francisco Antunes da Silva.

Guido Orlando de Freitas Rodrigues.

Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva.

Hilário Torres Azevedo Marques.

Jaime Gomes Milhomens.

João Álvaro Poças Santos.

João do Lago de Vasconcelos Mota.

João Domingos Fernandes de Abreu Salgado.

João Granja Rodrigues da Fonseca.

João José Pedreira de Matos.

Joaquim Cardoso Martins.

Joaquim Eduardo Gomes.

Joaquim Fernando Nogueira.

Joaquim Vilela de Araújo.

Jorge Avelino Braga de Macedo.

Jorge Paulo de Seabra Roque da Cunha.

José Alberto Puig dos Santos Costa.

José Augusto Santos da Silva Marques.

José de Almeida Cesário.

José Fortunato Freitas Costa Leite.

José Guilherme Pereira Coelho dos Reis.

José Júlio Carvalho Ribeiro.

José Leite Machado.

José Luís Campos Vieira de Castro.

José Macário Custódio Correia.

José Manuel Alvares da Costa e Oliveira.

José Manuel da Silva Costa.

José Manuel Nunes Liberato.

José Mário de Lemos Damião.

José Mendes Bota.

Luís António Martins.

Luís Filipe Garrido Pais de Sousa.

Manuel Albino Casimiro de Almeida.

Manuel da Silva Azevedo.

Manuel de Lima Amorim.

Manuel Filipe Correia de Jesus.

Manuel Joaquim Baptista Cardoso.

Manuel Maria Moreira.

Manuel Simões Rodrigues Marques.

Maria da Conceição Figueira Rodrigues.

Maria da Conceição Ulrich de Castro Pereira.

Maria Helena Falcão Ramos Ferreira.

Maria José Paulo Caixeiro Barbosa Correia.

Maria Luísa Lourenço Ferreira.

Maria Manuela Aguiar Dias Moreira.

Maria Margarida da Costa e Silva Pereira Taveira de

Marília Dulce Coelho Pires Morgado Raimundo.

Melchior Ribeiro Pereira Moreira.

Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas.

Nuno Francisco Fernandes Delerue Alvim de Matos.

Nuno Manuel Franco Ribeiro da Silva.

Pedro Manuel Cruz Roseta.

Pedro Manuel Mamede Passos Coelho.

Rui Alberto Limpo Salvada.

Rui Carlos Alvarez Carp.

Rui Fernando da Silva Rio.

Vasco Francisco Aguiar Miguel.

Virgílio de Oliveira Carneiro. Vítor Pereira Crespo.

## Partido Socialista (PS):

Alberto Arons Braga de Carvalho.

Alberto Bernardes Costa.

Alberto de Sousa Martins.

Alberto Manuel Avelino.

Alberto Marques de Oliveira e Silva.

Ana Maria Dias Bettencourt.

Aníbal Coelho da Costa.

António Alves Marques Júnior.

António Alves Martinho.

António José Borranı Crisóstomo Teixeira.

António Poppe Lopes Cardoso.

Armando António Martins Vara.

Artur Rodrigues Pereira dos Penedos.

Carlos Manuel Luís.

Carlos Manuel Natividade da Costa Candal.

Eduardo Ribeiro Pereira.

Fernando Alberto Pereira Marques.

Fernando Manuel Lúcio Marques da Costa.

Guilherme Valdemar Pereira d'Oliveira Martins.

Gustavo Rodrigues Pimenta.

João António Gomes Proença.

João Cardona Gomes Cravinho.

João Maria de Lemos de Menezes Ferreira.

Joaquim Américo Fialho Anastácio.

Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira.

Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho.

José Carlos Sena Belo Megre.

José Eduardo dos Reis. José Ernesto Figueira dos Reis. José Manuel Oliveira Gameiro dos Santos. José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa. Júlio da Piedade Nunes Henriques. Júlio Francisco Miranda Calha. Laurentino José Monteiro Castro Dias. Luís Filipe Marques Amado. Luís Manuel Capoulas Santos. Manuel António dos Santos. Maria Julieta Ferreira Baptista Sampaio. Maria Teresa Dória Santa Clara Gomes. Nuno Augusto Dias Filipe. Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo. Raúl Fernando Sousela da Costa Brito. Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz. Rui do Nascimento Rabaça Vieira. Vítor Manuel Caio Roque.

Partido Comunista Português (PCP):

Alexandrino Augusto Saldanha.
António Filipe Gaião Rodrigues.
João António Gonçalves do Amaral.
José Manuel Maia Nunes de Almeida.
Luís Carlos Martins Peixoto.
Luís Manuel da Silva Viana de Sá.
Maria Odete dos Santos.
Miguel Urbano Tavares Rodrigues.
Paulo Manuel da Silva Gonçalves Rodrigues.

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP):

Manuel José Flores Ferreira dos Ramos. Manuel Tomas Cortez Rodrigues Queiró. Narana Sinai Coissoró.

Partido Ecologista Os Verdes (PEV):

Isabel Maria de Almeida e Castro.

- O Sr. Presidente (Correia Afonso): Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai informar a Câmara das Comissões que reúnem hoje.
- O Sr. Secretário (João Salgado): Sr. Presidente e Srs. Deputados, estão a decorrer, desde as 10 horas, reuniões da Comissão Eventual para Estudar as Matérias Relativas às Questões de Ética e da Transparência das Instituições e dos Titulares dos Cargos Políticos e da Subcomissão Permanente de Habitação e Telecomunicações.
- O Sr Presidente (Correia Afonso): Srs. Deputados, a Mesa informa a Câmara de que um acidente, envolvendo um familiar muito próximo do Sr. Secretário de Estado que iria fazer a apresentação da proposta de resolução n.º 92/VI Aprova, para adesão, a Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio, impede-o de estar presente. A Mesa consultou os diversos grupos parlamentares e obteve o consenso necessário no sentido de retirar este ponto da agenda de trabalhos.

Vamos, assim, entrar na discussão da proposta de resolução n.º 91/VI — Aprova, para ratificação, o Tratado de Amizade e Cooperação entre a República Portuguesa e a Federação da Rússia.

de Estado da Cooperação.

O Sr. Secretário de Estado da Cooperação (Briosa e Gala): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Tratado de Amizade e Cooperação entre Portugal e a Federação da Rússia, que hoje a Assembleia vai ratificar, foi assinado pelo Sr. Primeiro-Ministro no decurso da sua visita oficial a Moscovo, em 21 de Julho de 1994.

Com este Tratado procura-se simbolizar a completa normalização do relacionamento bilateral entre Portugal e a Federação da Rússia, proporcionada pela evolução das relações internacionais decorrentes do fim das divisões ideológicas e do reforço da cooperação internacional, relacionamento que, na actualidade, é cordial, sem obstáculos nem motivações de natureza política e ideológica.

A Rússia é hoje um parceiro obrigatório da União Europeia e afigura-se ser do interesse nacional reforçar as relações bilaterais com esta grande potência europeia e mundial, factor fundamental no equilíbrio da segurança e estabilidade internacionais.

No que nos diz respetto, mantemos com a Federação Russa especiais laços de cooperação, a qual é muito actuante nos processos de paz em África, nomeadamente nos países de língua oficial portuguesa. Neste momento, é de realçar tal facto no processo de paz em curso em Angola, no âmbito da troika de observadores, onde tem sido dada uma prova das possibilidades e virtualidades da cooperação bilateral na cena internacional.

Procura-se com este Tratado lançar as bases para o fomento dos contactos directos entre pessoas e instituições, a realização de cimeiras e de consultas regulares entre Ministros dos Negócios Estrangeiros, altos funcionários e peritos, num movimento que se pretende de estreitamento das relações entre os nossos países. Aliás, o próprio articulado do Tratado é bem explícito quanto aos objectivos que acabo de referir.

Permitir-me-ia destacar o artigo 3.°, que expressamente refere a consolidação das reformas democráticas na Rússia como um elemento essencial para a construção de uma Europa mais unida, enquanto no artigo 4.° se releva a importância dos Direitos do Homem e do Estado de Direito no quadro do relacionamento bilateral. Gostaria também de, nesta sede, chamar a atenção para o artigo 5.°, nos termos do qual as duas partes favorecerão os contactos entre os parlamentos respectivos.

O potencial incremento das relações políticas, económicas e comerciais, tecnológicas, culturais e científicas, nomeadamente das relações económicas bilaterais, aconselhou, pois, a celebração deste acordo-base, enquadrando as relações Estado a Estado.

Os compromissos internacionais do Estado português foram salvaguardados, designadamente os decorrentes da sua qualidade de Estado membro da União Europeia e da NATO. É o caso da previsão dos artigos 11.º e 23.º.

Gostava, igualmente, de chamar a atenção para o facto de, ainda no decurso das negociações, ter sido posto um especial empenho, por parte de Portugal, numa referência à iniciativa Parceria para a Paz, que ficou consagrada no artigo 19.º deste Tratado.

- O Sr. **Presidente** (Correia Afonso): Para uma intervenção, por tempo não superior a cinco minutos, tem a palavra, na qualidade de relator, o Sr. Deputado Carlos Luís.
- O Sr. Carlos Luís (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados: A aprovação para ratificação do Tratado de Amiza-

de e Cooperação entre a República Portuguesa e a Federação da Rússia, assinado em Moscovo, a 22 de Julho de 1994, reveste-se de grande significado histórico para ambos os povos.

O Tratado define as regras, os objectivos e as prioridades a observar, no que se refere às relações políticas, económicas e às relações culturais, científicas e tecnológicas entre a República Portuguesa e a Federação Russa. Refere, igualmente, os objectivos a prosseguir no quadro da cooperação internacional, quer no quadro europeu e das suas instituições, quer no quadro mundial.

A importância do desenvolvimento da democracia e do funcionamento do Estado de Direito, das garantias das liberdades individuais e do respeito pelos direitos humanos serão os vectores fundamentais a observar em matéria de relações políticas.

No que se refere às relações económicas, pretende-se incrementá-las e diversificá-las nas áreas económicas e industriais, prevendo-se, nomeadamente, que Portugal envidará os seus melhores esforços para colaborar no processo de transformação da economia da parte russa numa economia de mercado através da concessão da informação necessária, apoio técnico e preparação de especialistas.

O intercâmbio mais estreito entre instituições académicas, comunidades científicas e institutos de pesquisa bem como entre empresas e firmas estáveis será fomentado no que se refere às relações culturais, científicas e tecnológicas.

Prevê-se, igualmente, o aumento da difusão das respectivas produções literárias, programas de rádio e de televisão e de outros programas audiovisuais.

De sublinhar, em matéria de cooperação internacional, a importância que ambas as partes atribuem aos domínios da luta contra o crime organizado, o tráfico ilegal de drogas e de substâncias psicotrópicas e o contrabando, incluindo a transferência ou a exportação ilegal de bens culturais ou históricos.

A proposta de resolução n.º 91/VI preenche os requisitos formais aplicáveis, pelo que está em condições de ser discutida e votada pelo Plenário da Assembleia da República.

O Sr. Presidente (Correia Afonso). — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Urbano Rodrigues.

O Sr. Miguel Urbano Rodrigues (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O primeiro reparo que o Grupo Parlamentar do PCP faz ao Tratado de Amizade e Cooperação entre a República Portuguesa e a Federação da Rússia, cuja ratificação é pedida à Assembleia da República, relaciona-se com a escolha do momento em que foi assinado.

Não se percebe quais os motivos que levaram o Governo do PSD a encarar a necessidade de uma iniciativa deste género em Julho de 1994, precisamente num período em que a Rússia atravessava uma fase de grande instabilidade política e económica (e, desde então, agravouse) com o seu Governo envolvido numa atmosfera de desprestígio crescente e a economia à beira do caos.

A iniciativa traduz, em nosso entender, o carácter de uma política externa sem personalidade, definida ao sabor de interesses partidários circunstanciais, na reduzida área onde dependências permanentes lhe permitem uma margem de actuação autónoma.

Logo no preâmbulo, o Tratado sublinha o respeito de ambas as partes pelos valores universais da democracia e pelos direitos humanos e a satisfação dos dois governos perante as transformações ocorridas na Europa nos últimos anos. Ora, o simples facto de a Rússia ter visto, em Janeiro, recusada a sua pretensão de ingressar no Conselho da Europa — adiada sine die — por ostensivo desrespeito pelos valores universais a que o Tratado alude, constitui tema para meditação. Os acontecimentos na Chechénia comprovam por si só que um dos alicerces do referido Tratado se esboroou já antes da ratificação do mesmo.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, sem pretendermos entrar aqui numa reflexão aprofundada sobre aspectos da história contemporânea da Europa, consideramos indispensável chamar a atenção para algumas convergências expressas no texto do Tratado de que nos demarcamos e que estão longe de ser perfilhadas pelo povo português.

No artigo 3.º afirma-se — é um exemplo entre muitos — que «o desenvolvimento e a consolidação das reformas democráticas em curso na Federação da Rússia constituem para ambas as partes um elemento essencial na construção de uma Europa mais unida.»

Julgamos suficiente recordar — trata-se de uma discordância de fundo — que não consideramos democráticas as chamadas reformas que arruinaram a economia russa, empobreceram o povo e introduziram o caos na vida social. A realidade nega a afirmação categórica contida no texto. Também nos demarcamos com clareza das opções que servem de fundamento ao propósito da parte portuguesa de colaborar activamente na transformação da economia russa, ou seja, nas privatizações maciças e selvagens cujos efeitos devastadores desorganizaram aquele país, reduzindo drasticamente a produção industrial e agrícola.

No tocante à cooperação internacional, a evolução da conjuntura europeia e internacional está também a desmentir o desejo expresso no artigo 16.º de ambas as partes colaborarem no reforço da eficiência da CSCE — hoje OSCE — com o objectivo da consolidação da paz e da segurança no Continente. A Rússia tem defendido, como se sabe, e esse é um dos poucos aspectos positivos da sua actual política externa, um papel mais importante para a OSCE. Ora, o que se vê da parte da União Europeia é a tendência para apagar ainda mais a função da OSCE como organização regional, contrariando a decisão tomada em Budapeste a 6 de Dezembro de 1994 que visava fazer dessa organização «o instrumento de primeiro recurso» na prevenção de conflitos e gestão de crises

Entretanto, assiste-se a um maior protagonismo da NATO e da UEO. A recente criação em Lisboa, por decisão do Conselho de Ministros da UEO, de duas novas forças de intervenção, a Euromarforce e a Euroforce, veio, aliás, chamar a atenção para uma preocupante estratégia de militarização progressiva do Continente, em cujo desenvolvimento o Governo do PSD está ostensivamente empenhado.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, apresentei, em síntese, alguns dos motivos que levam o grupo parlamentar do meu partido a considerar que o momento escolhido para a assinatura deste Tratado não foi oportuno e que o seu conteúdo reflecte opções muito distanciadas das nossas e dos interesses do povo português.

Não obstante, o Grupo Parlamentar do PCP votará favoravelmente o pedido de ratificação porque consideramos que a amizade e a cooperação entre os povos de Portugal e da Federação da Rússia responde a uma exigência permanente da história.

Os governos e os regimes passam e os povos continuam.

Vozes do PCP: - Muito bem!

O Sr. Presidente (Correia Afonso): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Maria Percira.

O Sr. António Maria Pereira (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Tratado presente à Assembleia para ratificação faz-me recordar o nosso relacionamento com a ex-União Soviética a partir do início da nossa democracia e, principalmente, desde 1980, quando o tratado cultural com a ex-União Soviética foi cancelado pelo Governo de Sá Carneiro como reacção contra a invasão do Afeganistão por aquele país.

É visível a forma como a realidade evoluiu desde então para cá: instaurada a democracia na ex-União Soviética, deu-se o fim do comunismo e a economia russa vive a actual situação de dificuldades por não dispor das estruturas que caracterizam uma economia de mercado. Por essa razão, a Federação da Rússia procura estabelecer tratados de amizade e de cooperação económica, cultural e científica com outros países, espírito em que foi assinado este Tratado.

Actualmente, a Federação da Rússia faz parte da comunidade internacional e, sendo um país demogrático, Portugal tem interesse em desenvolver conjuntamente as suas relações comerciais, científicas e culturais, para além de que, fazendo parte da OSCE, convive com os restantes países ocidentais.

Ora, se Portugal estabeleceu tratados deste tipo com outros países não há qualquer razão para não proceder de igual modo em relação à Federação da Rússia, estando muito longe os tempos em que iniciativas similares foram canceladas. Eis a razão por que o PSD vai votar no sentido da aprovação deste Tratado.

- O Sr Presidente (Correia Afonso): Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Luís.
- O Sr. Carlos Luís (PS): Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O Tratado que nos é apresentado hoje para ratificação o Tratado de Amizade e Cooperação entre Portugal e a Federação Russa e que foi assinado a 22 de Julho de 1994, em Moscovo, revestese do maior interesse para ambos os povos. Nesse Tratado é justo salientar quatro áreas fundamentais: a política, a económica, a cultural e a de cooperação.

No que diz respeito à área política devemos aprofundar as instituições democráticas, a garantia das liberdades individuais e dos direitos humanos e a colaboração mútua em organismos internacionais, nomeadamente, no quadro das Nações Unidas e da União Europeia.

No que se refere à cooperação económica Portugal deve apoiar as reformas em curso na Federação Russa e que vão no sentido de uma economia de merçado. Somos de opinião e o Tratado assim o consubstancia, que se devem implementar a troca de experiências a nível de informação e da formação de especialistas nessa matéria.

Na terceira área, o que relevo de maior importância são sem dúvida as relações culturais. Neste quadro deve haver um intercâmbio, e o Tratado assim o prevê, muito forte entre as instituições de investigação científica e tecnológica a nível das universidades e das escolas: Este terceiro ponto é, na minha opinião, de grande interesse, uma vez que ambos os povos têm nesse domínio um património multissecular com expressão mundial e é sempre extremamente positivo que dois Estados — a Federação Russa e Portugal —, com uma vivência de cunho muito peculiar, reforcem o entendimento através de embaixadas culturais.

Em quarto e último lugar e relativamente à cooperação no combate ao crime organizado e ao contrabando de obras de arte, penso que neste campo muito especial muitos passos terão que ser dados por ambos os Estados, se bem que o Tratado preveja e possa colmatar todas as lacunas existentes nesta matéria.

Assim, o Partido Socialista votará favoravelmente a ratificação deste Tratado.

- O Sr. Presidente (Correia Afonso): Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró.
- O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados: Uma intervenção muito breve, na medida em que se trata de uma espécie de acto tabeliónico quando esta Assembleia cumpre a sua competência exclusiva de aprovar a resolução que aprova o Tratado de Amizade e Cooperação entre a República Portuguesa e a Federação da Rússia.

Desde o 25 de Abril de 1974, quando pusemos termo ao impedimento que havia no reconhecimento dos países do mundo comunista, que Portugal é um país democrático que mantém livremente com todos os países as melhores relações de amizade e de intercâmbio e, por isso, não faria sentido que não o fizesse em relação à actual Rússia ou aos Estados saídos da ex-União Soviética. Aliás, este evento torna-se particularmente importante quando nos chegam notícias de mafias organizadas, de que parte dos nossos arquivos se encontra na União Soviética com a possibilidade de perturbação da vida privada e bom nome de muitos dos cidadãos, e quando muito do património cultural do nosso país e da União Soviética pode entrar ilegalmente nos respectivos territórios. Ora, nós nunca podemos ficar imunes nem indiferentes às coisas públicas que dizem respeito aos nossos Estados.

Assim, dada a magnitude do Estado resultante da Ex-União Soviética, dada a particular situação política que esta zona do mundo atravessa neste momento, dada a responsabilidade que a Rússia tem hoje na manutenção da paz e da tranquilidade internacionais e dado o nosso posicionamento de um país amante da paz e tolerante para com todos os povos amantes da democracia, nada temos a opor a esta resolução e, por isso, congratulamo-nos com a ratificação do Tratado com a Rússia.

- O Sr. Presidente (Correia Afonso): Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Cooperação.
- O Sr. Secretário de Estado da Cooperação: Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em primeiro lugar, queria congratular-me com o sentido de voto anunciado nas diversas intervenções parlamentares e fazer alguns breves comentários.

No entanto, não poderia deixar sem uma referência as palavras do Sr. Deputado do PCP, Miguel Urbano Rodrigues, não porque elas constituam uma surpresa mas porque julgo que devem ser devidamente registadas. É de facto assinalável que o Sr. Deputado do Partido Comunista Português hoje, em 1995, na viragem do milénio, continue a defender modelos que a história já relegou para o caixote do lixo e que revelam uma concepção ideológica algo fossilizada da realidade

Sr. Deputado, embora o compreenda e até, porque não, possa admirar a sua coerência ideológica, não posso deixar de o confrontar com a ausência de alternativa com que nos deixa. O Sr. Deputado sabe que a história não volta

para trás e nós sabemos que a Rússia se defronta com algumas dificuldades no seu processo de democratização que é extremamente complexo, mas isso acontece, sobretudo, porque o ponto de partida do regime anterior era muito mau.

Portanto, não pode deixar de ser considerado merecedor de especial registo que o Sr. Deputado ponha em causa o artigo 3.°, designadamente, quando nele se acarinha o desenvolvimento e a consolidação das reformas democráticas em curso. Parece que o Sr. Deputado se opõe a estas reformas democráticas; parece que subjacente às suas palavras se mantém o modelo que todos conhecemos e que foi um modelo de privação das mais elementares liberdades e que, inclusivamente, deixou também algumas sequelas no nosso próprio país em certos aspectos documentais que esperemos venham a ser esclarecidos um dia.

Gostava também de lhe referir que, oportunamente, também a Espanha, a Itália, a França e o Reino Unido assinaram tratados semelhantes, países que, como nós, entenderam que a cooperação e a segurança na Europa passam obrigatoriamente pelo diálogo e por uma política de cooperação com a Federação Russa, dado que só isso poderá contribuir para suplantar obstáculos, para estreitar relações e para promover a amizade entre os povos.

O Sr. Presidente (Correia Afonso): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Urbano Rodrigues.

O Sr. Miguel Urbano Rodrigues (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado da Cooperação: V. Ex.ª desviou-se, comentou apenas as minhas palavras, mas não só se desviou — e logo inicialmente — como me atribuiu uma atitude que não assumi, nem perfilho. Na minha intervenção está uma crítica ao conteúdo do Tratado e não uma defesa de qualquer modelo anterior. Se com isso o Sr. Secretário de Estado quis dizer que sou comunista, devo dizer que sou comunista e com muito orgulho. No entanto, não fiz nenhuma defesa desse modelo, como o senhor afirmou, porque em textos meus escritos, quando V. Ex.ª era ainda muito jovem, já eu lhe fazia críticas. De maneira que houve logo aí uma inexactidão e um desvio.

Em segundo lugar, queria dizer-lhe que em relação às críticas que fiz ao Tratado — e que, pelos vistos, lhe desagradaram — e ao falar no artigo 3.º, que não critico as reformas que sejam democráticas. Todavia, o que disse é que não há reformas democráticas na Federação da Rússia, pois considero que existe aí uma farsa democrática. Aliás, na própria Duma a grande maioria dos partidos, de todos os quadrantes políticos, repete isso com frequência e, nos EUA, jornais como o New York Times, o Post e, em França, os grandes jornais, reconhecem que há uma caricatura de reformas e que essas reformas, como disse, empobreceram o povo, arruinaram o país e, neste momento, toda a imprensa está a mesmo a falar na possibilidade de as próximas eleições, que já tiveram aspectos também de pura farsa, serem adiadas.

De maneira que não são essas reformas que não são democráticas, mas a inexistência de reformas realmente democráticas e os princípios que são calcados aos pés como se vê na Chechénia. Será por acaso que o Conselho da Europa, por unanimidade, recusou a adesão da Rússia por reconhecer que ela não cumpre esses princípios? V. Ex.ª foi extremamente infeliz e, além do mais, pouco exacto, na medida em que me atribuiu coisas que não disse.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente (Correia Afonso). — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Cooperação.

O Sr. Secretário de Estado da Cooperação: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Queria agradecer o esclarecimento do Sr. Deputado do Partido Comunista Português, mas gostava de lhe dizer que, sendo assim, não percebo exactamente qual o sentido da objecção que o Sr. Deputado coloca relativamente ao conteúdo do artigo 3.°.

O Sr. João Amaral (PCP): — Nós entendemos a sua dificuldade de compreensão!

O Orador: — É que, mesmo admitindo, como faz, que existam dificuldades na democratização do processo em curso na Federação Russa, não vejo porque razão possa estar em causa o espírito do artigo 3.º, ao considerar este princípio como um princípio fundamental e constante do espírito de cooperação entre os dois países.

Quero dizer-lhe também e relativamente às preocupações que mostrou quanto à economia de mercado, que não nos ficámos apenas pela assinatura deste Tratado de amizade e cooperação, mas também, no caminho da economia de mercado, foram assinados acordos importantes, como os referentes à promoção e protecção recíproca de investimentos, aos transportes rodoviários internacionais, um programa a longo prazo de cooperação económica industrial e técnica, bem como acordos no domínio da saúde, ciência médica, cultural, etc..

O Sr. Presidente (Correia Afonso): — Srs. Deputados, não havendo inscrições, está encerrado o debate sobre este ponto.

Entretanto, quero anunciar que se encontram a assistir à sessão alunos da Escola do Ensino Básico de Lagoços — Bairro, para os quais peço a vossa habitual saudação.

Aplausos gerais.

Vamos dar início à discussão, conjunta, dos projectos de resolução n.º 153/VI — Apreciação parlamentar da participação de Portugal no processo de construção da União Europeia durante o ano de 1994, e 154/VI — Apreciação da actividade parlamentar na XII Conferência de Comissões de Assuntos Europeus — COSAC, apresentados pela Comissão de Assuntos Europeus.

Na qualidade de presidente da Comissão de Assuntos Europeus, vai usar da palavra o Sr. Deputado Braga de Macedo.

O Sr. Braga de Macedo (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É o terceiro debate este ano sobre Assuntos Europeus, numa semana que esteve recheada de debates sobre a Europa. Trata-se de um procedimento que se vai tornando habitual, eu diria quase rotineiro, mas que nem por isso deixou de ser extremamente inovador, na medida em que envolve a aplicação de uma lei que não tem sequer um ano, a Lei n.º 20/94, de 15 de Junho.

Como estamos todos recordados, essa lei confere à Comissão de Assuntos Europeus, no seu artigo 5.°, a possibilidade de poderem subir a Plenário projectos de resolução, um poder-dever que só é conferido no nosso direito regimental às comissões de inquérito. Foi, por isso,

uma inovação que nem todos entenderam imediatamente, mas que já se vai tornando rotineira.

Estes dois projectos de resolução, n.º 153/VI e 1\$4/VI, com um abundante acervo documental, que foi distribuído ontem, envolvem a aplicação, pela segunda vez, deste poder-dever relativamente ao relatório do Governo sobre Portugal na União Europeia em 1994 e, também, a apreciação parlamentar da Conferência de Comissões de Assuntos Europeus, que teve lugar em Paris no passado mês de Fevereiro.

É, portanto, com todo o gosto que aproveito esta ocasião para fazer aqui mais uma tentativa de uma pedagogia europeia, pedagogia europeia essa que envolve a promoção da ideia portuguesa da Europa. É exactamente o que manda a resolução n.º 21/95, de 8 de Abril, que permite e até aconselha que a Assembleia da República, em particular a Comissão de Assuntos Europeus, promova entre nós e no estrangeiro, a ideia da Europa que interessa a Portugal. E qual é essa ideia?

Os Srs. Deputados conhecem-na bem: é uma recusa da Europa à la carte que ignora o bem comum e é também uma recusa do federalismo burocrático. É precisamente esse meio termo entre a Europa à la carte, por um lado, e o federalismo burocrático, por outro, que nos parece compatível, e ajuda até à ideia da lusofonia que a Resolução n.º 21/95 recomenda no seu n.º 1, que foi aprovado por unanimidade, como aliás, todos os outros princípios orientadores da revisão do Tratado, aprovados pelos quatro partidos com assento na Comissão de Assuntos Europeus e com participação nessa votação.

Qual é, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o instrumento dessa ideia portuguesa da Europa, desse meio termo entre a Europa à la carte e o federalismo burgcrático? É aquilo a que se pode chamar a parceria europeia!

A parceria europeia tem duas vertentes, uma a que chamarei a vertente nacional e outra a que chamarei a vertente comunitária. Há outras, poderemos até falar de uma vertente regional, municipal, subnacional e também de uma vertente global. Mas vamos ater-nos agora às duas vertentes em que já existe precedentes, já existem procedimentos habituais, como são os dois projectos de resolução que estamos, hoje, aqui, a debater.

Na verdade, a vertente nacional está muito clara no projecto de resolução n.º 124/VI, que deu origem à Resolução n.º 19/95, de 8 de Abril, e que agora é retomada no projecto de resolução n.º 153/VI. Trata-se de apreciar aquilo que o Governo vem fazendo há nove anos, ou seja, o relatório sobre o que se passou na Europa durante o ano anterior e que até ao ano passado não tinha tido qualquer resposta por parte do Parlamento. Floi a primeira vez que se deu essa resposta com o projecto de resolução n.º 124/VI, e agora fazêmo-lo pela segunda vez.

Portanto, é a vertente nacional que estamos aqui a apreciar, tendo por objecto o projecto de resolução n.º 153/VI, o primeiro que está sobre a Mesa, aproveitando a oportunidade para agradecer a todas as comissões especializadas o esforço enorme que fizeram para cumprir os prazos regimentais, dado que no ano passado só foi possível, em 1 de Julho, chegar a uma conclusão quanto a esta matéria, enquanto este ano, como vêem, em menos de um mês foi possível fazer o agendamento para Plenário. Estamos, pois, preparados para fazer essa apreciação, quando é certo que no ano passado demorou muito mais tempo e até foi preciso esperar nove meses para agendamento em Plenário; agora, em menos de um mês, em 15 dias, temos o acervo documental completo. Penso que aí

a Assembleia está de parabéns por ter conseguido apreciar o relatório do Governo num tempo *record* e, por isso mesmo, falo de um procedimento habitual. É esta a vertente nacional da parceria europeia.

Quanto à vertente comunitária, que está presente no projecto de resolução n.º 131/VI, que deu origem à Resolução n.º 20/95, de 8 de Abril, está agora também presente no projecto de resolução n.º 154/VI, que tem a ver com a apreciação da Conferência de Comissões de Assuntos Europeus, realizada em Paris no passado mês de Fevereiro. E aí também não há dúvida de que se passou dos cinco meses para o agendamento anterior, apenas para 15 dias, tendo sido até o relatório já distribuído e publicado no Diário da Assembleia da República.

Chamaria a atenção para o facto de que ambas as vertentes, nacional e comunitária, estão presentes na Resolução n.º 21/95, a que já fiz referência, de onde constam os princípios orientadores da revisão do Tratado da União Europeia.

Devo dizer que o Parlamento português é o único parlamento nacional que, até agora, tem uma posição unânime sobre a revisão do Tratado da União Europeia. Foi o único Parlamento que o fez, apesar de os parlamentos dos países fundadores já terem esta parceria europeia há 45 anos. Portanto, não há dúvida que o adiantamento do Parlamento português deve merecer a nossa interrogação.

Era este o ponto que queria aqui salientar, porque é de tal maneira novo que, não só é pouco notado em Portugal — e a imprensa não o tem referido —, como a própria presidência francesa, num relatório que entregou ontem, numa sessão de 30 de Março, disse que foi o Parlamento francês o primeiro a ter uma posição sobre a Conferência Intergovernamental, o que não é exacto, temos provas do contrário. Admito que isso derive precisamente da publicação da resolução apenas em 8 de Abril no Diário da República, mas o que não há dúvida é que não basta trabalhar e fazer um esforço para ter uma posição sobre a Conferência Intergovernamental, é necessário ainda que essa posição seja conhecida. Apelo, pois, a todos os Srs. Deputados para que compreendam que é do interesse de todos que a Europa dos parlamentos conte com o Parlamento português.

Além deste aspecto dos projectos de resolução, gostaria também de chamar a atenção para o método de transmissão de documentação do Governo, que é outra inovação da Lei n.º 20/94, de 15 de Junho.

Os questionários que a COSAC francesa nos enviou revelam que Portugal recebeu três documentos, na altura em que o questionário foi feito, por parte do Governo; posso acrescentar-lhe agora um quarto documento sobre os recursos próprios, e que os parlamentos da União Europeia oscilam em cerca de 1000, que é o caso da Dinamarca, e zero, para o caso da Grécia.

No entanto, podemos dizer que, apesar dessa inovação importante da comunicação dos diplomas do Governo, o que é certo é que só há duas referências no relatório do Governo para apreciação à Assembleia da República, uma relativa à ratificação da Organização Mundial de Comércio e outra relativamente aos recursos próprios do quarto documento que foi transmitido, enquanto que havia quatro referências à Assembleia da República no relatório do Governo para 1993, que foi objecto da Resolução n.º 19/95, a que já fiz referência várias vezes.

Gostaria, Sr. Presidente e Srs. Deputados, de fazer aqui um paralelo entre a nossa reputação parlamentar na Europa comunitária com outra reputação de grande impor2616 I SÉRIE — NÚMERO 81

tância para todos os portugueses, que é a reputação financeira. E o paralelo vale a pena citá-lo, porque, de facto, os mercados financeiros internacionais — costuma dizerse — demoram 10 anos a acreditar na reputação de uma política a médio prazo. Por exemplo, não há dúvidas quanto à reputação financeira da Holanda, pois ela iniciou-se em 1982; mas já há dúvidas quanto à reputação financeira da França — essa França que ignorou o nosso contributo parlamentar —, pois há quem tenha dúvidas quanto à sua reputação financeira, ela iniciou-se em 1983 com a política do Sr. Jacques Delors. Mais dúvidas há obviamente quanto à reputação financeira da Irlanda, embora todos nós tenhamos consciência que é uma política que tem sido seguida por partidos de todas as orientações desde 1986.

Lembro que a data da nossa adesão ao Sistema Monetário Europeu é de 1992. Celebrou-se há pouco o terceiro aniversário dessa adesão, mas ainda não passou o terceiro aniversário da restauração da convertibilidade cambial. Portanto, é natural, nessa matéria, que se tenha de continuar num esforço para que a reputação financeira do nosso país seja aquela que convém aos empresários e aos cidadãos.

Da mesma maneira, temos de continuar a trabalhar para que a reputação parlamentar se mantenha e reforce. Nesse sentido, a Comissão de Assuntos Europeus, com o mandato que recebeu do Plenário, através da Resolução n.º 21/95, tem procedido a audições da sociedade civil, não só dos universitários, com quem temos trabalhado de há um ano a esta parte, com proveito mútuo, mas também da sociedade civil. Recebemos e esperamos contributos escritos, quer da ANAFRE quer da CAP, e vamos ainda receber a CGTP, a UGT e outras confederações patronais, logo que seja possível, no cumprimento deste mandato.

Por que é que estamos a fazer isto? Precisamente para promover a ideia portuguesa da Europa na Conferência Intergovernamental de 1996 (CIG 96), onde cabe realmente o Parlamento nacional, porque sem parlamento não há cidadania. Sem a Europa dos parlamentos não haverá Europa dos cidadãos e sem Europa dos cidadãos não conseguiremos compatibilizar a Europa com a lusofonia, que é exactamente aquilo a que a Resolução n.º 21/95 nos obriga.

Pela minha parte, estou empenhado e penso que comigo estarão todos os Srs. Deputados.

Aplausos do PSD.

Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Presidente Barbosa de Melo.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Carp.

O Sr. Rui Carp (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O pouco tempo que houve para preparar este debate, que foi subitamente antecipado por razões perfeitamente ponderosas e que, portanto, não são minimamente criticáveis, não nos permitiu ler todos os relatórios que acompanham e sustentam a discussão em Plenário quer do nono ano da participação de Portugal na construção europeia, quer da nossa participação na Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos Comunitários.

Em todo o caso, vou deixar aqui algumas notas muito telegráficas sobre a matéria.

Em primeiro lugar, o que estamos aqui a discutir são duas parcerias extremamente importantes em termos de construção europeia.

Por um lado, existe uma parceria entre o Governo e a Assembleia da República, que tem a ver com a apreciação do nono ano de participação de Portugal na Comunidade Europeia — e prefiro a expressão Comunidade a União — e que foi amplamente discutida, pelo que espero que todos os Srs. Deputados, bem como todos os interessados nesta matéria, possam consultar os relatórios quando forem publicados.

Neste domínio, merece uma palavra de apreço o Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Europeus pelo muito que tem feito no sentido de que todas estas matérias sejam amplamente divulgadas e debatidas

Por outro lado, existe uma parceria entre os parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu, que se traduz na COSAC, a tal Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos Comunitários que decorreu em Paris.

Entendo que não devemos progredir na integração europeia sem a adesão constante e crescente dos nossos povos. A cada passo e em cada momento, temos de reconfirmar e assegurar que os valores da democracia e da liberdade, que tanto nos custaram a conquistar, são plenamente afirmados na construção europeia. E a Assembleia da República, através da Comissão de Assuntos Europeus, tem procurado contribuir para essa adesão e para esse esclarecimento dos cidadãos

Mas, atenção, Sr. Presidente e Srs. Deputados quem não quiser ou não puder participar nesse esclarecimento, por deformação cívica pouco democrática, não venha depois dizer que ainda não está esclarecido.

A Sr.ª Conceição Castro Pereira (PSD): - Muito bem!

O Orador: — O modelo europeu é e terá de continuar a ser um modelo aberto e, portanto, permanecerá sempre sujeito ao debate, à crítica e ao contraditório. Aliás, a construção europeia progrediu no passado, depois de uma crise de confiança, porque soube ser pragmática. Esse aspecto é fundamental, e os três pilares da União Europeia aí estão a confirmar esse pragmatismo: de um lado, a criação de instituições comunitárias, como é o caso mais recente do Instituto Monetário Europeu; do outro lado, as conferências intergovernamentais Por isso mesmo, repito, e nunca é demais esclarecê-lo, é assim que deve ser continuada a construção europeia.

Os textos relativos aos trabalhos que precedem ou têm precedido estas conferências da COSAC, e que se traduzem em questionários e respostas a questionários, são muito úteis e interessantes para se fazer uma análise comparativa sobre o pulsar dos povos europeus, nas suas distinções, na sua diversidade, no apego à sua soberania, ao seu nacionalismo — desde que saudável e não patrioteiro e retrógrado. O mesmo se diga das próprias declarações de voto relativas à construção europeia, mesmo dos partidos mais cépticos, as quais nos merecem sempre meditação e reflexão.

Mas, ainda a propósito da COSAC, gostava de referir outra questão: a construção europeia é cada vez menos económica, comercial, contabilística, como dizem alguns contabilistas europeus, e é cada vez mais uma construção baseada em valores europeus. Aliás, basta atentar, por exemplo, na Cimeira de Corfu do ano passado, onde foram discutidos os problemas graves do racismo e da xenofobia, para se saber que aquilo de que estamos a tratar não é meramente económico, financeiro e comercial, envolve, antes, o todo da vivência democrática em sociedade.

Relativamente ao papel de Portugal na construção europeia, os textos aí estão para mostrar que o ano de 1994, do ponto de vista da negociação permanente que se faz na Europa, foi um ano de conquistas importantes. Veja-se, por exemplo, o fecho das negociações do *Uruguay Routid* e o chamado Tratado de Marráquexe, que poderá impulsionar o comércio, as trocas, a abertura da economia internacional e a maior solidariedade entre povos desenvolvidos e em vias de desenvolvimento; o encerramento dos debates e ratificações da chamada Convenção de Schengen, onde Portugal teve também um papel importante; e, no domínio mais específico do direito económico português, a aprovação do Plano de Desenvolvimento Regional até 1999, no âmbito do 2.º Quadro Comunitário de Apoio.

De qualquer forma, para Portugal e para a continuação da convergência real do nosso país, é extremamente importante que, a par dos sucessos que tivemos em 1994, no domínio dos critérios da convergência nominal, ao nível do défice, da inflação e das taxas de juro, possam também ser reforçadas as condições para a convergência real, através, não só mas também, dos fundos estruturais comunitários.

O projecto relativo às iniciativas locais de emptego, apresentado pelo Governo português na Cimeira de Corfu, foi um bom exemplo de que Portugal não é apenas um mero receptor dos fundos comunitários, pois contribui para resolver problemas que só podem ter uma solução razoável ao nível comunitário, como é o caso do magno e terrível problema do desemprego.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Concluo, dizendo que devemos ter confiança no processo de construção europeia e nos negociadores e, neste caso, temos uma palavra de muito apreço e regozijo pela forma correcta, positiva e francamente defensora dos interesses nacionais que o Governo e os outros negociadores portugueses assumiram ao longo do passado ano de 1994.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem á palavra o Sr Deputado Joel Hasse Ferreira.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A integração de Portugal no processo de construção europeia sempre assumiu como preocupação essencial a aproximação da economia portuguesa as economias dos outros países da Comunidade, hoje, da União.

Assım, terá de considerar-se, fatalmente, como um falhanço grave o atraso de 1,6 % do crescimento do produto interno bruto, em relação à média da União Europeia, verificado em 1994. Tal facto significa que as políticas seguidas pelo Governo ainda em funções não foram capazes de aproximar o País das economias europeias, pelo contrário, provocaram um ainda maior desfasamento entre a economia portuguesa e as outras economias da União.

Por outro lado, é necessário não esquecermos que, por força da aplicação do princípio da solidariedade, volumosos fundos comunitários têm sido atribuídos a Portugal para contribuir para o desenvolvimento económico racional, nomeadamente a melhoria das infra-estruturas, o reforço do aparelho económico produtivo e o incremento da formação profissional.

Algumas dessas verbas foram bem aproveitadas, outras foram desviadas de forma ilícita e verificaram-se, frequentemente, aplicações que não eram as mais convenientes. Não é tanto disso que tratamos hoje, no quadro de um balanço global; tratamos, isso sim, da incapacidade do Governo cessante para promover a correcta utilização dos fundos comunitários, no seu conjunto, no âmbito de uma

estratégia de modernização, reestruturação e desenvolvimento de que a economia portuguesa está carente

Sr. Presidente, Srs Deputados. O Governo nunca esclareceu cabalmente as razões pelas quais se assistiu, em 1994, e continua a assistir. em 1995, a uma situação absolutamente caótica nesta área.

Sublinhamos ainda que, numa clara violação das suas responsabilidades legais e até constitucionais, o Governo tem ignorado ou deixado sem resposta diversos requerimentos e iniciativas políticas, solicitando as necessárias informações sobre a aplicação dos fundos comunitários, nomeadamente os oriundos do PS A título de exemplo, refira-se o caso do PRODEP I. terminado em 1993 e sobre o qual não há qualquer relatório relativo à aplicação das verbas do Fundo Social Europeu que envolvem a formação de professores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Em época de transparência parlamentar, o Governo mostra-se totalmente opaco relativamente à aplicação dos fundos provenientes da solidariedade da União Europeia

No entanto, se pretendemos ouvir os gestores dos fundos comunitários, argumentam que tal não é correcto, porque são funcionários ou contratados pelo Estado com estatuto, aliás, nem sempre claro e, se interrogamos os chamados responsáveis governamentais, não respondem com precisão, porque não podem saber de cor a evolução de milhares de projectos

Trata-se de um jogo de escondidas, de uma insuportável camuflagem da realidade que não podemos aceitar, por parte de um Governo que depende de um Parlamento democrático.

## O Sr. Carlos Luís (PS): - Muito bem!

O Orador: — Fogem ao controlo democrático, como o «diabo foge da cruz», todas as justificações são boas para não informarem devida e atempadamente esta Assembleia e aparecerem, depois, a distribuir benesses por aqui e por ali, como se o dinheiro fosse deles.

#### O Sr. Carlos Luís (PS). — Muito bem!

O **Orador:** — Não podemos deixar de condenar vivamente tal procedimento!

Sr. Presidente, Srs. Deputados. O que acentua, no plano político, económico e social, o mau aproveitamento pelo Governo, nomeadamente no ano de 1994 em apreço, dos recursos proporcionados pela integração na União Europeia, para além do já referido aumento da disparidade entre a economia portuguesa e a economia da União, é o forte aumento do desemprego induzido pela política económica e social do Governo.

A uma clara incapacidade para conduzir a reestruturação do aparelho produtivo e para reposicionar Portugal na economia europeia e mundial, este Governo associa uma enorme insensibilidade social, patente na irresolução de numerosas situações específicas, desde a Torralta à Manuel Pereira Roldão, etc., e na falta de adopção de medidas que protejam os trabalhadores atingidos pelos flagelos sociais de graves consequências que são a fome, a miséria e o desespero.

Para um Governo que se diz social-democrata, é obrat Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não é só nos planos económico e social que se tem evidenciado a incapacidade do Governo cessante na gestão do processo de integração europeia e da participação de Portugal na cons-

trução e aprofundamento das estruturas da União. O Governo português tem exibido também uma enorme falta de firmeza na condução de diversos dossiers políticos — sublinhe-se a fragilidade com que o Executivo cessante se comportou na questão do voto dos portugueses e dos emigrantes europeus, em geral, noutros países, aceitando, nomeadamente, a derrogação no caso do Luxemburgo.

#### Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Não se pode confundir integração com subserviência, coisa que o Governo cessante faz com frequência, não se pode confundir a participação num complexo processo negociado de construção europeia com a adopção de uma postura de clara subalternidade política. Somos portugueses e, portanto, europeus, não queremos ser lacaios de ninguém e não admitimos a frouxidão com que se comportam, frequentemente, os membros deste Executivo, atitudes complementadas, por vezes, por inoportunas bravatas e fanfarronadas.

#### O Sr. Carlos Luís (PS): - Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Deliberase hoje também sobre a participação na XII Conferência dos Orgãos Especializados em Assuntos Comunitários, realizada em Fevereiro, em Paris.

Nesta matéria, não quero deixar de sublinhar que, para além do interesse dos temas tratados e de uma defesa comum da lusofonia, das línguas no âmbito da União Europeia, pelos vários Deputados, se assistiu também a uma clara tentativa de manipulação da conferência, por parte de alguns sectores da direita gaulesa, associada à pressão desenvolvida por esses mesmos sectores e aparentados, no sentido da criação de uma segunda câmara europeia, que, possivelmente, no actual contexto e nos termos propostos, bloquearia o próprio funcionamento da União.

- O Sr. Carlos Luís (PS): Muito bem!
- O Sr. Rui Carp (PSD): Muito bem!
- O Sr. Manuel Queiró (CDS-PP): Não apoiado!
- O Orador: A manobra não passou, a proposta não teve vencimento, mas, no entanto, é preciso que todos os sectores políticos que desejam o aprofundamento da União se revelem atentos e, de certa forma, coordenados relativamente a manobras políticas que, nas vésperas das conferências intergovernamentais, procuram lançar propostas equívocas que perturbem o sereno e integrado debate que se pretende quanto à futura arquitectura política europeia.
  - O Sr. Carlos Luís (PS): Muito bem!
  - O Sr. Rui Carp (PSD): Muito bem!
- O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nós, socialistas portugueses, continuamos a afirmar o nosso desejo de participar no processo da construção europeia, defendendo, simultaneamente, o aprofundamento e o alargamento da União.

Julgamos que o Governo português, nos planos político, económico e social, tem desperdiçado um conjunto de oportunidades proporcionadas pelo processo de integração, não escapando, no entanto, o País e a economia nacional aos aspectos menos positivos que um processo de integração europeia comporta.

- O Sr. Rui Carp (PSD): Não apoiado!
- O Orador: Por isso, para melhorar a forma de Portugal participar no processo de integração europeia, é também importante que este Governo seja substituído na oportunidade que se avizinha.

Aplausos do PS.

- O Sr. Rui Carp (PSD): No final, estragou tudo!
- O Sr. Presidente: Ainda para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Sá.
- O Sr. Luís Sá (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados: Na opinião do Grupo Parlamentar do PCP, o relatório «Portugal na União Europeia Nono Ano» não cumpre os objectivos que deveria cumprir, nos termos da lei e no sentido de dignificar a própria participação da Assembleia da República.

Com efeito, em termos informativos e de análise, o relatório nada contém que não seja perceptível através do relatório anual da Comissão Europeia, dos boletins mensais da União Europeia e do Jornal Oficial das Comunidades Europeias, pelo contrário, contém bem menos e bastante pior. Refira-se, por exemplo, que o dito relatório não tem informação acerca do facto de Portugal, constantemente, transpor as directivas mal ou com atraso e, muito frequentemente, não cumprir, na prática, as directivas que são transpostas em termos jurídicos.

Por outro lado, não partilhamos da visão optimista acerca do papel da Assembleia da República no conjunto do processo de integração comunitária.

Nesta matéria, temos, naturalmente, alguns aspectos positivos a registar, mas tivemos também aspectos particularmente graves, como o facto de o Quadro Comunitário de Apoio entre o Governo português e as Comunidades Europeias ter sido assinado no Centro Cultural de Belém, em 28 de Fevereiro, sem que tivesse sido previamente debatido na Assembleia da República, a qual só tomou conhecimento do mesmo após a respectiva assinatura.

Também não partilhamos da posição acrítica, em face da aplicação do Tratado da União Europeia, do servilismo, em matéria de critérios de convergência, e da ideia de este relatório incidir sobre o que aconteceu na Comunidade Europeia e não sobre o que aconteceu, ou deveria acontecer, em Portugal, em resultado da participação na Comunidade Europeia.

## O Sr. António Filipe (PCP): - Muito bem!

O Orador: — Em nosso entender, a Comunidade deve mudar de rumo, deve dar prioridade ao emprego, à coesão económica e social, à política social e à política de ambiente.

Portugal, por seu lado, precisa de uma nova política, pois a ortodoxia neo-liberal e monetarista, decorrente, de resto, do Tratado da União Europeia e dos critérios de convergência, não tem tido a prioridade que deveria ter.

Deve ser estabelecida uma nova relação com os cidadãos e a Assembleia da República, mas creio que não é com estes relatórios e com debates como este, o qual, aliás, despertou o interesse que está à vista, que este problema se resolve. Pelo contrário, se não queremos o esvaziamento da função parlamentar e da cidadania pelo processo de integração europeia, temos de mudar de rumo, temos de levar muito mais a sério o papel do Parlamento no quadro da integração e, sobretudo, a prestação de contas ao País e à Assembleia da República, a qual deveria constituir um relatório acerca da participação de Portugal na Comunidade Europeia.

Este relatório, repito, não cumpre os objectivos que estão previstos na lei, não é a prestação de contas, por parte do Governo, à Assembleia da República e ao País, é apenas um registo, diria, quase burocrático do que se passou na União Europeia, de saldos financeiros, de dados que, no fim de contas, seriam perceptíveis através de outros meios e de outras fontes.

O Governo não se pode portar desta forma para com a Assembleia da República e o País! É que o relatór!o da Comissão Europeia, por exemplo, que, como é sabido, foi decidido há relativamente pouco tempo, corresponde a uma prestação de contas que, apesar de tudo, leva a sério a função do Parlamento Europeu, uma vez que dele consta um conjunto de dados efectivamente importante para os cidadãos, para os estudiosos da realidade comunitária e para os próprios Parlamentos nacionais. O mesmo não se pode dizer do relatório que é aqui apresentado.

#### O Sr. João Amaral (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Aliás, diria mesmo que este relatório viola o conteúdo e o espírito da lei de acompanhamiento parlamentar e das normas que obrigam o Governo a prestar contas à Assembleia da República e ao País.

Em todo o caso, há relatórios de algumas comissões que constituem elementos de trabalho importantes e outros revelam extrema ligeireza no tratamento de matérias altamente delicadas — refiro, por exemplo, e é apenas um exemplo, o relatório da Comissão de Negócios Estrangeiros acerca do direito de ingerência. Trata-se de uma matéria extremamente grave, sobre a qual já correram «rios» de tinta e que se não for tratada com um extremo cuidado, com critérios objectivos e com grande escrúpulo pode colidir com a questão fundamental da não ingerência nos assuntos internos de cada Estado.

O seu modo de tratamento pode constituir, no fim de contas, uma ruptura extremamente grave na ordem internacional, em que as potências mais poderosas e, designadamente, aquelas que tenham poder militar para ajuizar da situação alheia, possam pôr em risco o direito internacional e a ordem internacional. Mesmo para aqueles que defendem este direito de ingerência, designadamente por razões humanitárias, a questão tem sido tratada com extremo escrúpulo.

Creio que o modo como é tratada esta matéria no relatório da Comissão de Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação revela, no fim de contas, uma ligeireza que, de todo em todo, não podemos acompanhar.

Em resumo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, diria que este relatório é um mau serviço prestado ao País, à democraticidade e à democratização da integração comunitária, bem como à própria Assembleia da República.

## O Sr. António Filipe (PCP): - Muito bem!

O Orador: — A esperança que temos é que o facto de estar a acabar esta maioria permita uma nova política também em matéria de integração comunitária; uma política

que se caracterize pela firmeza na negociação daquilo que interessa a Portugal, mas também pela transparência e pelo respeito pela Assembleia da República. No fundo, uma política para a qual a invocação da cidadania e da prestação de contas não sejam meras palavras sem um conteúdo concreto e real.

O respeito pela Assembleia da República impõe-se e é obrigatório. Quando assim não é, naturalmente existem bancadas desertas, a bancada de imprensa deserta e, no fim de contas, o desprestígio da instituição parlamentar e o processo de integração acaba por ser uma ameaça à própria democraticidade do funcionamento do sistema político interno.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Carp, por 1 minuto. Informo que parte do tempo negativo do PSD foi gasto pelo Sr. Deputado Braga de Macedo, na qualidade de relator.

O Sr. Rui Carp (PSD): — Sr. Presidente, muito obrigado pela sua generosidade, embora entenda que, de futuro, sempre que a intervenção do Deputado relator se encontre incluída no tempo de debate do partido respectivo, deve ser feito um pequeno alerta ao relator.

Sr. Deputado Luís Sá, tenho-o como uma pessoa civilizada, inteligente e até bastante interessada sobre a problemática da construção europeia. Aliás, tem bibliografia sobre a matéria. Fico, por isso, espantado quando V. Ex. faz críticas aos debates e às iniciativas do Parlamento.

Sr. Deputado, considero que há duas maneiras de discutir a construção europeia. Uma é a maneira civilizada, fundamentada, com base em textos e no chamado contraditório, em que o Governo, Deputados e membros da sociedade civil representam as suas posições e discutem, e a outra é através de um debate em cima de um tractor, aos berros, proferindo ideias e frases demagógicas, contra ou a favor das construções europeias.

Gostava que me dissesse qual é a opção de V. Ex.<sup>4</sup>, porque, ainda há bem pouco tempo, depois de termos ouvido especialistas, fomos ouvir representantes da chamada — impropriamente — sociedade civil, aliás por sugestão de um Deputado da sua bancada, e qual não é o meu espanto quando verifico que, em muitas dessas reuniões, não há qualquer representante da sua bancada para escutar esses representantes da sociedade civil! Em que ficamos, Sr. Deputado? No debate fundamentado, civilizado e coerente sobre a construção europeia ou nas «tiradas em cima de um tractor», aos berros?

O Sr. Presidente: — Para interpelar a Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Braga de Macedo.

O Sr. João Amaral (PCP): - Só em cima de um tractor!

O Sr. Braga de Macedo (PSD): — Desde que o tractor não seja de fabrico soviético, não me importo nada, Sr. Deputado João Amaral!

O Sr. João Amaral (PCP): — Ainda por cima discrimina os tractores!

O **Orador:** — É que há uns que funcionam e outros não, Sr. Deputado. Os soviéticos, lamentalmente, não funcionam, estragam-se, engatam.

O Sr. João Amaral (PCP). — É uma fixação discriminatória!

O Orador: — Sr. Presidente, queria interpelar a Mesa para chamar a atenção do seguinte: apesar de já serem habituais estes debates dos projectos de resolução, nos termos do artigo 5.º da Lei n.º 20/94, talvez ainda não haja a sedimentação suficiente. Por conseguinte, entendi, e esclareci-o quer no início quer no fim da minha intervenção, que falava na qualidade de relator e de autor da iniciativa. Sei que ultrapassei, pela minha própria conta, os 5 minutos de que dispunha para o fazer, mas, como isso não me foi lembrado, queria, de facto, ter a certeza de que não houve desconto no tempo de debate do meu partido, sem que isso tenha sido dito.

As minhas palavras vão, portanto, no sentido de reforçar a intervenção que aqui fez o Sr. Deputado Rui Carp, na minha perspectiva, com inteiro cabimento.

Por fim, também a título de relator, quero chamar a atenção do Sr. Deputado Luís Sá para o anexo documental que ontem foi distribuído. Existe um relatório da Comissão de Assuntos Europeus que capeia todos os outros. Com efeito, o Presidente da Comissão esteve na reunião com o Governo, com quem desenvolveu uma interacção bastante envolvida, e, portanto, é natural que, nessa altura, o parecer da comissão especializada não tenha a profundidade de outros. Foi entregue a horas; há, de facto, aqui uma habituação do trabalho entre as comissões que é, a todos os títulos, de louvar.

Nestes termos, estranho muito que um Deputado membro da Comissão mas que não prima pela assiduidade ainda fale de ligeireza quando no relatório e no debate com o Governo, em sede de comissão, o seu Presidente e Deputados de outras bancadas, incluindo da dele, tiveram, realmente, uma intervenção muito activa!

## O Sr. Rui Carp (PSD): - Muito bem!

O Sr. Presidente: — Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Luís Sá para responder ao pedido de esclarecimento formulado pelo Sr. Deputado Rui Carp, a Mesa também se permite chamar a atenção dos Srs. Deputados para dizer que a figura da interpelação dirige-se à Mesa e não aos Deputados que usaram da palavra anteriormente. Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Sá.

O Sr. Lwís Sá (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Rui Carp, muito obrigado pela sua pergunta e pelas suas palavras. Tenho a dizer-lhe que, efectivamente, costumo falar de maneira civilizada e não em cima de tractores. Aliás, como não sou jovem agricultor, nada sei sobre essa matéria nem sei distinguir as qualidade de um tractor soviético ou não soviético. Além do mais, há pouco, indiciou-se a aprovação do Tratado de Amizade com a Federação Russa e, portanto, estas discriminações anti-soviéticas não ficam bem à bancada do PSD.

O Sr. Braga de Macedo (PSD): — Não é nada a mesma coisa!

O Orador: — A propósito desta questão, quero dizerlhe que a maneira civilizada ou não civilizada não se mede
pelo facto de coincidir ou não com as posições do PSD.
Posso não coincidir — e, efectivamente, não coincido —, mas
isso não me impede de intervir de forma civilizada, como
é óbvio. Espero que o Sr. Deputado tenha o espírito democrático de reconhecer que assim é.

Quanto ao problema da participação na Comissão de Assuntos Europeus, já tive oportunidade de, repetidas vezes, na própria Comissão, chamar a atenção do Sr. Presidente para o seguinte: há bancadas que têm 138 Deputados, por exemplo, e que, aliás, não primam pela assiduidade neste debate, como se está a ver, mas a minha bancada tem 13 Deputados.

Por exemplo, ontem à tarde, se durante a interpelação parlamentar do meu partido e sem qualquer consulta aos Deputados do PCP que pertencem à Comissão de Assuntos Europeus, é marcada uma determinada iniciativa, é natural que não possamos estar presentes. Já fiz, aliás, um apelo para que não haja reuniões da Comissão durante o Plenário ou fora dos dias previstos, bem como para que haja um mínimo de concertação prévia. Este é um apelo que, naturalmente, quando não é tido em conta, prejudica a assiduidade de partidos que querem participar

Sr. Presidente e Srs. Deputados, nesta matéria só posso responder da seguinte forma: os próximos resultados eleitorais vão garantir, com certeza, um maior equilíbrio, ou seja, que os Deputados da bancada do PSD, como não estão presentes, sejam menos e que a bancada do PCP, como quer estar presente, tenha mais Deputados. Esperemos, pois, que a situação, de algum modo, se possa equilibrar para o futuro.

## O Sr. João Amaral (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Daqui até lá já não falta muito tempo. A legislatura está a terminar, mas, entretanto, apelo ao espírito democrático do PSD, no sentido de haver, efectivamente, concertação prévia de agenda para poder nunca faltar à Comissão de Assuntos Europeus, como é o meu ardente desejo.

Vozes do PCP: - Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró.

O Sr. Narama Coissoró (CDS-PP): — Sr. Presidente, em termos regimentais, não vou fazer qualquer intervenção e reservo-me o direito de declarar, por escrito, a posição do meu partido, porque, se a fizesse agora, não teria direito a uma declaração de voto extensa sobre a matéria.

Ontem, dia em que o relatório foi entregue, estive envolvido num trabalho de comissão ligado à questão da transparência e como a reunião acabou cerca das 2 horas nem tive tempo de o ler à noite. Efectivamente, não tive capacidade física para, depois das 2 horas da manhã, ler o relatório para fazer hoje uma intervenção cuidada, como merecem todos os assuntos europeus.

Assim, sob a forma de interpelação à Mesa, quero informar que apresentarei uma declaração de voto extensa sobre esta matéria, dentro do prazo regimental.

O Sr. Braga de Macedo (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr Deputado.

O Sr. Braga de Macedo (PSD): — Sr. Presidente, ainda quanto aos procedimentos, é importante que se dê o seguinte esclarecimento, sem com isso querer contestar, minimamente, o que acabou de ser dito pelo Sr. Deputado Narana Coissoró. O objecto deste debate, que estava

agendado para o dia 6 de Junho e foi antecipado por unanimidade de todos os grupos parlamentares, está taseado em dois projectos que foram votados no dia 4 de Maio e publicados no dia 11 de Maio. O que foi distribuído ontem, e gostava de ser muito claro quanto a este ponto, foram os anexos de apenas uma das resoluções, porque a outra, a COSAC, em que, aliás, o Sr. Deputado Narana Coissoró teve uma participação empenhada, já tinha sido distribuída na altura.

E só ontem foram distribuídos uns relatórios parcelares, porque havia uma comissão que ainda não tinha entregue o seu relatório. É claro que, relativamente ao ano passado, nenhuma comissão cumpriu o prazo. Agora houve apenas uma que não o fez e até deixou passar 10 dias...

O Sr. Rui Carp (PSD): — A Comissão de Economia, Finanças e Plano.

O Orador: — Estão-me aqui a dizer ao lado, e eu repto sem qualquer dificuldade, que foi a Comissão de Economia, Finanças e Plano.

Entendemos que seria melhor juntar todos os pareceres para que os Srs. Deputados pudessem consultá-os em conjunto, o que só foi possível ontem.

Aproveito ainda para acrescentar que o relatório da própria Comissão de Assuntos Europeus tem um resumo da reunião realizada a 19 de Abril com o Governo, cuja acta foi distribuída aos Deputados. Mais tarde, foi apenas organizada e resumida para capear o anexo e o acerto documental.

Quero, portanto, esclarecer que a posição de cada um dos partidos podia ter sido expressa através de declaração de voto — aliás, o PCP entregou no dia 18 de Maio uma declaração de voto e o PS e o PSD entenderam não o fazer. De facto, tivemos o maior dos cuidados para que todos os procedimentos permitissem o envolvimento de todos os partidos, incluindo aqueles que votaram contra o Tratado da União Europeia.

#### Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr Presidente: — Sr. Deputado, a Mesa agradece os esclarecimentos que acaba de receber.

Também para interpelar a Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Joel Hasse Ferreira.

- O Sr Joel Hasse Ferreira (PS): Sr. Presidente, quero informar a Mesa de que eu próprio e os Deputados Luís Amado, Menezes Ferreira, Carlos Luís, João Cravinho e Guilherme d'Oliveira Martins, em nome do Grupo Parlamentar do PS, iremos entregar oportunamente na Mesa uma declaração de voto sobre este assunto.
- O Sr. Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Castro.
- A Sr.<sup>4</sup> Isabel Castro (Os Verdes): Sr. Presidente, Srs. Deputados: Gostaria de dizer algumas palavras relativamente à posição do Grupo Parlamentar de Os Verdes sobre esta matéria.

Em relação à posição dos vários grupos parlamentares sobre o relatório, embora alguns grupos parlamentares que já o tenham feito, o prazo para a entrega das declarações de voto ainda não terminou, pelo que não tem qualquer cabimento discutir essa questão.

Creio que este debate, que o Sr. Presidente da Comissão disse ser importante como pedagogia europeia, no seu inven-

tário minucioso de números não teve, cómo se viu e vê, nem muitos partidários nem muitos participantes, inclusivamente por parte dos que, como, de algum modo, referiu, são os mais esclarecidos, os chamados «euro-confiantes».

Portanto, creio que relativamente a esta discussão, independentemente deste agendamento ter sido ditado por necessidades de agenda e tendo sido aceite por todos os grupos parlamentares, a falta de participação e de desinteresse não teve origem nesta necessidade de troca mas, sim, da forma como o próprio debate sobre a construção europeia, que era suposto ser importante, foi feito.

Esse debate não pode ser um inventário, um registo, um somatório burocrático de directivas, de normas. Ele deveria ser um espaço de reflexão sobre o que é que se passou em cada ano e como é que, em termos da sociedade portuguesa, da realidade portuguesa, as múltiplas transformações se repercutiram nos vários sectores. Isto é, em vez de ter uma visão abstracta e burocrática dos relatórios, temos de saber como é que eles interferem no nosso próprio país.

Creio que, em função disso, seria interessante discutir quais são os reflexos daquilo que está a acontecer, o que é que os portugueses, com as diferentes perspectivas que existem - e digo isto porque há posições radicalmente distintas em relação ao processo de construção europeia ---, querem para o desenvolvimento, qual é a prioridade que atribuem ao ambiente (não como um rótulo mas, sim, como uma política comunitária estruturante), qual o sentido que dão à cidadania e à igualdade de participação das mulheres e homens, qual o sentido que dão à cooperação para, se calhar, concluir que não é o policiamento nem o cerceamento de liberdades nem a demagogia feita em torno de matérias fundamentais e, acrescento, nem a militarização da Europa que podem conduzir a mais segurança, a mais bemestar, a menos exclusão, a mais equilíbrio a mais tolerância e a mais equilíbrio ecológico. É, pois, disso que se trata.

Nesse sentido, seria interessante levar a cabo essa análise, que terá de ser feita no futuro não por esta Assembleia, não por este Parlamento demissionário, que não participa, que está ausente e desinteressado, mas por um Parlamento que assuma, com clareza, os seus compromissos perante os eleitores, não através de promessas fáceis mas do confronto efectivo entre a realidade do País e o modo como a construção europeia se tem vindo a reflectir no nosso país.

É esse debate que o futuro trará seguramente e é nessa convicção que participaremos, tentando criar também um outro ambiente na Comissão de Assuntos Europeus, portanto com outro enlace, com outro tipo de discussões e outra compreensão relativamente à forma de facilitar a participação de todos os partidos, qualquer que seja a sua dimensão. Julgamos que isso será possíve!

- O Sr. Rui Carp (PSD): Sr Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.
  - O Sr. Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.
- O Sr. Rui Carp (PSD): Sr. Presidente, para anunciar que vamos entregar na Mesa uma declaração de voto sobre esta matéria. De resto, entendemos que todos os Deputados que participaram no debate sobre esta matéria, quer no Plenário quer na Comissão de Assuntos Europeus, devem também apresentar uma declaração de voto.
- A Sr.ª Deputada Isabel Castro é que raramente vai à Comissão de Assuntos Europeus. A última vez que este-

ve presente foi para reivindicar um lugar na delegação à COSAC.

A Sr.ª Conceição Castro Pereira (PSD): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está encerrado o debate sobre os projectos de resolução n.ºs 153/VI e 154/VI, da Comissão de Assuntos Europeus, que serão votados posteriormente.

Gostaria de lembrar, mais uma vez, a todos os Srs. Deputados que, na próxima semana, a actividade da Assembleia da República centrar-se-á na Conferência Interparlamentar de Lisboa sobre Timor-Leste. Na quartafeira, às 17 horas e 30 minutos, haverá uma sessão solene; na quinta-feira terá lugar um debate, em que intervirá o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros; e na sexta-feira uma sessão solene de encerramento.

Estas sessões solenes são sessões da Assembleia da República, pelo que notifico VV. Ex. as para comparecerem, nesses dias, aqui no Plenário.

Srs. Deputados, está encerrada a sessão.

Eram 12 horas.

Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PSD):

Álvaro José Martins Viegas. Américo de Sequeira. António Costa de Albuquerque de Sousa Lara. António José Caeiro da Motta Veiga. Arménio dos Santos. Carlos Miguel de Valleré Pinheiro de Oliveira. Delmar Ramiro Palas. Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco. Fernando Manuel Alves Cardoso Ferreira. Fernando Monteiro do Amaral. Francisco João Bernardino da Silva. João José da Silva Maçãs. Joaquim Maria Fernandes Marques. José Manuel Borregana Meireles. José Pereira Lopes. Luís Carlos David Nobre. Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete. Vítor Manuel da Igreja Raposo.

Partido Socialista (PS):

Alberto da Silva Cardoso. António de Almeida Santos. Jorge Lacão Costa. José António Martins Goulart.

Partido Ecologista Os Verdes (PEV):

André Valente Martins.

Deputado independente:

Mário António Baptista Tomé.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados.

Partido Social-Democrata (PSD).

Adérito Manuel Soares Campos. Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto. António Paulo Martins Pereira Coelho.

Carlos Alberto Pinto. Cecília Pita Catarino. Domingos Duarte Lima. João Alberto Granja dos Santos Silva. Joaquim Manuel Barros de Sousa. José Álvaro Machado Pacheco Pereira. José Angelo Ferreira Correia. José de Oliveira Costa. José Guilherme Reis Leite. Luís António Carrilho da Cunha. Luís Manuel Costa Geraldes. Manuel Acácio Martins Roque. Manuel Antero da Cunha Pinto. Manuel da Costa Andrade. Mário Jorge Belo Maciel. Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva. Olinto Henrique da Cruz Ravara. Pedro Augusto Cunha Pinto. Pedro Domingos de Souza e Holstein Campilho. Rui Manuel Lobo Gomes da Silva. Simão José Ricon Peres.

Partido Socialista (PS):

António Domingues de Azevedo. António Fernandes da Silva Braga. António José Martins Seguro. António Luís Santos da Costa. António Manuel de Oliveira Guterres. Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues. Elisa Maria Ramos Damião. Eurico José Palheiros de Carvalho Figueiredo. Fernando Alberto Pereira de Sousa. Jaime José Matos da Gama. João Eduardo Coelho Ferraz de Abreu. João Rui Gaspar de Almeida. Joaquim Dias da Silva Pinto. José Alberto Rebelo dos Reis Lamego. José Eduardo Vera Cruz Jardim. José Manuel Lello Ribeiro de Almeida. José Manuel Marques da Silva Lemos. José Manuel Santos de Magalhães. Leonor Coutinho Pereira dos Santos. Luís Filipe Nascimento Madeira. Manuel Alegre de Melo Duarte. Rogério da Conceição Serafim Martins. Rui António Ferreira da Cunha.

Partido Comunista Português (PCP):

António Manuel dos Santos Murteira. Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas. Lino António Marques de Carvalho. Octávio Augusto Teixeira.

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP):

Adriano José Alves Moreira. Maria Helena Sá Oliveira de Miranda Barbosa.

Deputados independentes:

Raúl Fernandes de Morais e Castro.

Deputado independente:

Manuel Sérgio Vierra e Cunha.

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.



Depósito legal nº 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

1 - Preço de página para venda avulso, 7\$50+IVA

2 — Para os novos assinantes do Diário da Assembleia da República, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembroe Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa

3-O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República

PREÇO DESTE NÚMERO 126\$00 (IVA INCLUÍDO 5%)

Doda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda. E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5—1092 Lisboa Codex

j